

Ativismo evangélico conservador colombiano nas presidenciais de 2022

Nayive Castellanos Villamil¹

Resumo: As eleições presidenciais de 2022 na Colômbia registraram a conjuntura pela que atravessa o ativismo evangélico conservador nesse país, em termos de reacomodação de forças no Estado, e sinalizaram o grau de aderência a repertórios morais nestes comícios, que outrora foram coadjuvantes de processos políticos. O segmento evangélico representa um quinto da população da América Latina e seu ativismo conservador despejou na direita cristã em sua versão neoconservadora. Os capitais político, simbólico e financeiro fazem das maiores lideranças evangélicas agentes com potencial para disputar os comícios eleitorais. Este artigo trata, de forma breve, desse ativismo nas últimas eleições colombianas.

Palavras-chave: Ativismo evangélico; neoconservadorismo; presidenciais 2022; Colômbia;

Colombian conservative evangelical activism in the 2022 presidential elections

Abstract: The 2022 presidential elections in Colombia registered the conjuncture through which conservative evangelical activism is going through in that country in terms of the reorganization of forces in the State and signaled the degree of adherence to moral repertoires in these rallies, which were once supporting political processes. The evangelical segment represents a fifth of the population of Latin America and its conservative activism has flowed into the Christian right in its neoconservative version. Political, symbolic, and financial capital make the greatest evangelical leader's agents with the potential to contest electoral rallies. This article briefly deals with this activism in the last Colombian elections.

Keywords: Evangelical activism; neoconservatism; presidential's 2022. Colombia;

Introdução

O crescente ativismo político evangélico conservador compõe os debates contemporâneos da América Latina em torno de democracia, laicidade, políticas de reconhecimento, somadas às históricas demandas de redistribuição. A análise desse ativismo, que despejou na direita cristã neoconservadora, suscita desde debates recentes que passam pela

¹Doutoranda no Programa de Integração de América Latina, PROLAM, da Universidade de São Paulo. Mestra em Estudos Políticos. Licenciada em Ciências Sociais e Graduada em Relações Econômicas Internacionais. Email: nayive.castellanos@usp.br

configuração da extrema direita na ordem mundial até discussões mais antigas sobre “o lugar da religião” nas democracias modernas, sobrepassando a autonomização das esferas ou o simples embate entre progressistas e conservadores.

Apesar dos processos de secularização, a religião de matriz cristã tem sido permanentemente garantida pelos Estados da região sendo constitutiva do público. A privatização da religião atrelada ao paradigma de secularização não atingiu a América Latina. Pelo contrário, apresentou-se crescente pluralismo religioso e expansão pentecostal vinculada à perda gradativa do monopólio católico. Nesse sentido, não se trata de um retorno do sagrado à esfera pública, já que a religião não se deslocou para o âmbito privado nesta parte do continente.

América Latina, desde 1980 vem configurando partidos políticos evangélicos, dos quais alguns desapareceram e outros novos se gestaram. Nicarágua (6), El Salvador (2), Guatemala (3), Costa Rica (4), Panamá (1), México (2), Colômbia (7), Venezuela (3), Equador (1), Peru (4), Chile (1), Argentina (4) e Bolívia (3), Brasil (2) (GÓMEZ; LUÑON; CARTER, 2019). Desse modo, lideranças evangélicas construíram seu capital político paulatinamente na região, até se tornarem uma força política com repercussão em entornos eleitorais. Em países como Colômbia tem sido garantida tanto a liberdade político-religiosa para lideranças especificamente cristãs, quanto a criação de partidos confessionais.

Os antagonismos políticos atrelados às disputas nas areias públicas são parte de ferrenhos debates toda vez que se pauta sobre liberdades individuais, direitos humanos e valores morais absolutos. Os embates morais são corriqueiros nos posicionamentos de lideranças cristãs conservadoras, tanto em entornos eleitorais quanto desde seu agir em instâncias Legislativas e Executivas. Esse tema não é menor quando mobiliza sensibilidades acionadas em determinados cenários políticos para atingir a sociedade como um todo.

Os períodos eleitorais na região fornecem uma fonte fértil de análise para sondar a forma como progride o ativismo evangélico conservador, em vista que não é linear nem unívoco. Cabe frisar que nas contendas eleitorais nem todo evangélico vota em evangélico, nem todo evangélico é conservador assim como nem todo conservador é evangélico.

A eleição presidencial de 2022 na Colômbia trouxe várias discussões importantes para a região sul-americana em termos de política partidária, de guinada de integração regional e de ativismo evangélico conservador, que somado aos entornos eleitorais da vizinhança e suas respectivas políticas públicas vão delineando gradualmente a conjuntura política nesta parte do mundo. Nesse sentido, o fenômeno religioso ocupa um lugar destacado nos estudos políticos.

A eleição de Gustavo Petro como presidente de Colômbia, e primeira liderança de esquerda em chegar ao poder nesse país, introduz, neste texto, o comportamento eleitoral do segmento evangélico nessa contenda recente e os passos que vão marcando seu protagonismo ou não em âmbitos governamentais. Claramente o tema é complexo, extenso e de longa data, mas aqui pretende-se esboçar sucintamente algumas linhas que contextualizam a recente fase desse ativismo evangélico na Colômbia.

1 Campo religioso colombiano

A Igreja Católica constituiu-se a instituição mais influente na Colômbia e o principal agente de regulação dos valores, das crenças, da moral e dos costumes, cujo monopólio se estendeu desde a época da Colônia até meados do século XX. As transformações sociais, culturais e políticas ocorridas após esse período, tais como os processos de secularização, urbanização, modernização, influência da mídia e o pluralismo religioso, racharam gradativamente esse monopólio. Porém, o enraizado conservadorismo católico prolongou seus vestígios em todos os campos sociais até o momento contemporâneo.

Geralmente a Igreja Católica colombiana caracterizou-se por seus posicionamentos contra esses processos de transformação social, em permanente aliança com o Partido Conservador, demandando apoio por parte do Estado na construção de um modelo de sociedade baseado nos ditames divinos. Desse modo, a disputa pela moralidade tornou-se o limiar político entre liberais e conservadores, cujas pautas tais como educação, família, direitos da Igreja, separação Igreja-Estado, constituíram quesitos de proselitismo político por parte da Igreja enquanto o poder estava nas mãos dos conservadores e, alternadamente, essas pautas tiveram mudanças, na tentativa de acompanhar os processos de modernização do Estado e da sociedade, quando os liberais alcançaram o poder.

Durante o século XIX, a hegemonia cultural do catolicismo não foi fortemente combatida, sendo os presbiterianos a corrente protestante mais organizada e influente. Porém, nesse período aconteceram várias guerras civis por conta da disputa pela separação Igreja-Estado e pela reforma educacional com orientação religiosa. Nessa época não houve coalizão de liberais e protestantes, mas havia uma coincidência entre eles quando os conservadores e a Igreja incluíam liberalismo, protestantismo, maçonaria e secularismo no mesmo pacote de recusas. No século XX, entre 1946 e 1966, onde a Colômbia protagonizou um agudo conflito interno conhecido como *La Violencia*, os grupos protestantes acabaram sendo perseguidos junto com liberais e comunistas. Subsequentemente, “o período de maior expansão dos movimentos

protestantes corresponde aos anos de expansão do tráfico de drogas e acirramento do conflito interno [...] tanto nas áreas rurais quanto nas cidades” (MEDINA, 2017, p.3, tradução nossa).

Na Constituinte de 1991 participaram várias organizações religiosas tais como o Conselho Evangélico da Colômbia (Cedecol), o Movimento União Cristã (MUC) e o Partido Nacional Cristão (PNC) posicionando dois representantes na Assembleia Constituinte. Desde esse momento constituinte e até hoje as igrejas evangélicas começaram a participar ativamente em política mediante a criação de seus próprios partidos ou em aliança com partidos tradicionais. Ao invés de certo sigilo político característico da Igreja Católica, os evangélicos começaram fazendo ativismo de forma contínua e aberta concorrendo a vagas públicas a partir de suas visões de mundo.

Nas últimas décadas a Igreja Católica mostrou-se mais aberta, porém com discursos ambivalentes. A Constituição de 1991 e a exacerbação do conflito armado interno (GONZÁLEZ, 2008) junto à tentativa de diálogos de paz com grupos guerrilheiros convocou a participação da Igreja mantendo um discurso, por uma parte, antissecular no referente a debates morais e, por outra parte, mais aberto no referente à negociação no campo político.

O passo do monopólio católico ao pluralismo configurou o campo religioso nas últimas décadas do século XX. No momento atual, Colômbia conta com 6.000 igrejas não católicas, registradas no Ministério do Interior e em torno de 10 milhões de seguidores, o que equivale à quinta parte da população do país. Embora diversos segmentos religiosos contornaram a gestação desse pluralismo no país, o evangélico pentecostal disputou o lugar hegemônico do catolicismo, mediante (BELTRÁN, 2013) a reconstrução de identidades e sistemas de valores.

A ascensão das maiores igrejas evangélicas na Colômbia, bem como em vários países da América Latina, possui líderes carismáticos, enorme infraestrutura, mídia e poder político. A diferença do que acontece em países como Brasil, com relação ao expressivo número de lideranças evangélicas no Congresso, que compõem a Frente Parlamentar Evangélica, na Colômbia, de acordo com o trabalho de Beltrán (2013) ainda discute-se, mesmo por parte de pastores de diversas congregações, a legitimidade e conveniência do proselitismo político.

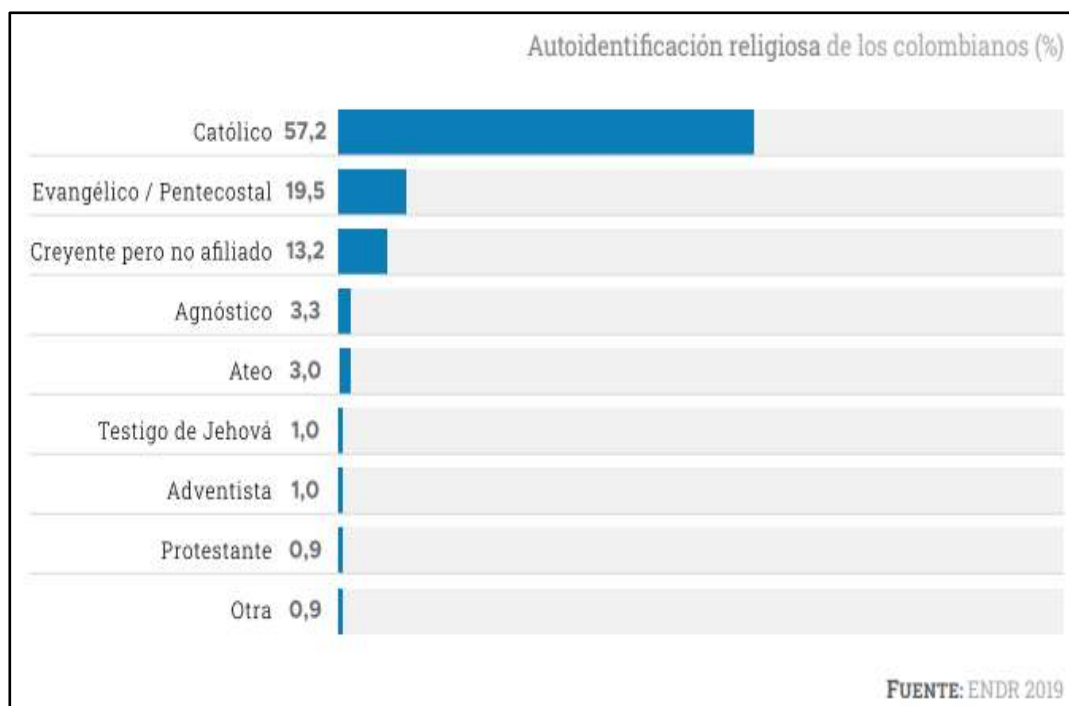
As maiores igrejas evangélicas colombianas nasceram como pequenos e austeros espaços de oração no último quarto do século XX. Dentre elas a *Misión Carismática Internacional* (MCI) e a *Iglesia de Dios Ministerial de Jesucristo Internacional* (IDMJI), cujo crescimento em número e poder lhes permitiu criar partidos políticos. A pastora e senadora Claudia Rodríguez de Castellanos, junto a seu esposo, da igreja MCI põem sua cota conservadora na política desde a Constituição de 1991, que junto com outras lideranças

construíram paulatinamente capitais financeiro, político e simbólico até se tornarem força política.

A base social dos crentes filiados a organizações evangélicas está composta majoritariamente por mulheres das classes baixa e média baixa. O ativismo evangélico tem apelo tanto nas zonas rurais quanto a nível urbano. As maiores igrejas têm forte assentamento e infraestrutura nas cidades e investimento em amplos processos de formação de sujeitos políticos ao interior das igrejas. O perfil socioeconômico das lideranças evangélicas predominantemente está caracterizado por homens e mulheres de origem humilde, mas que têm conseguido mobilidade social a partir de seu trabalho de evangelização, apoiado e garantido pelo Estado. Duas das mais antigas igrejas, MCI e IDMJI, tem a duas mulheres como autoridade de suas organizações.

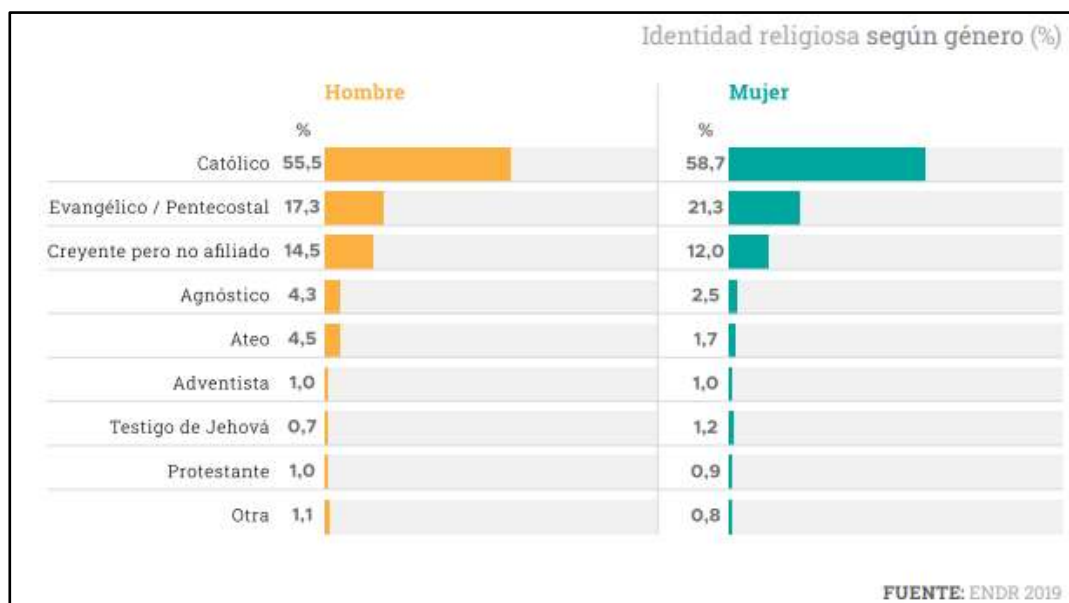
Os seguintes gráficos trazem alguns dados sobre a composição evangélica colombiana de acordo à variável socioeconômica, de gênero e da região. Embora sejam apenas uns poucos indicadores da vasta estadística que conforma esse segmento, fornece algumas informações, grosso modo, sobre sua localização. Embora as pesquisas registrem o catolicismo com o maior número de seguidores, é inegável o crescimento em adesão por parte da vertente evangélica, enquanto as mulheres de baixa renda constituem sua ampla base. Por estados, o Caribe colombiano expressa a maior adesão evangélica, mas cabe frisar que as maiores igrejas tais como a IDMJI têm presença em todo o território nacional.

Gráfico 1 – Autoidentificación religiosa de los colombianos (%)



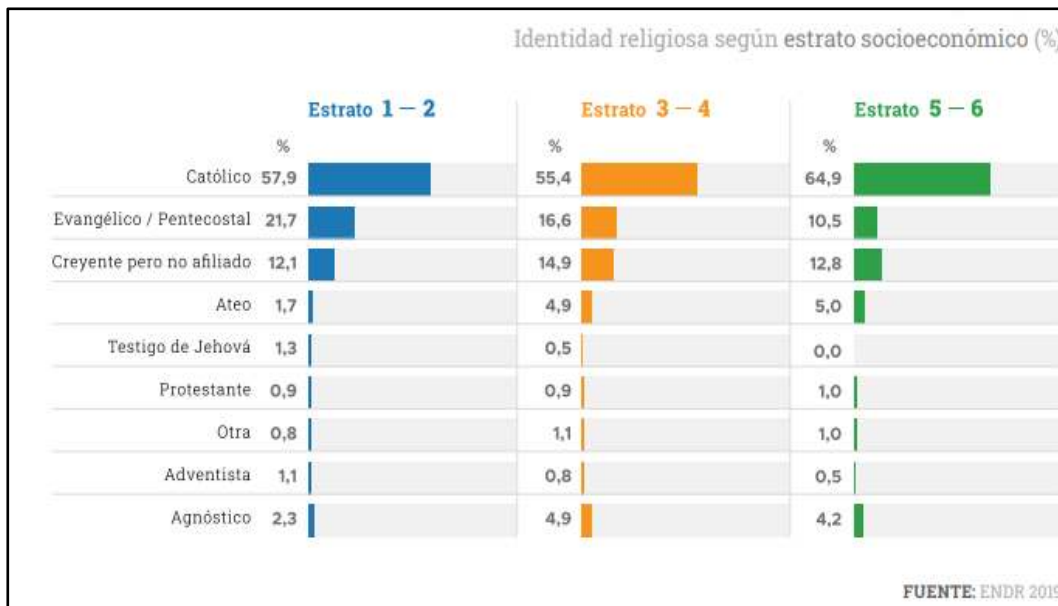
Fonte: (BELTRÁN; LAROTTA SILVA, 2020)

Gráfico 2 – Identidad religiosa según género (%)



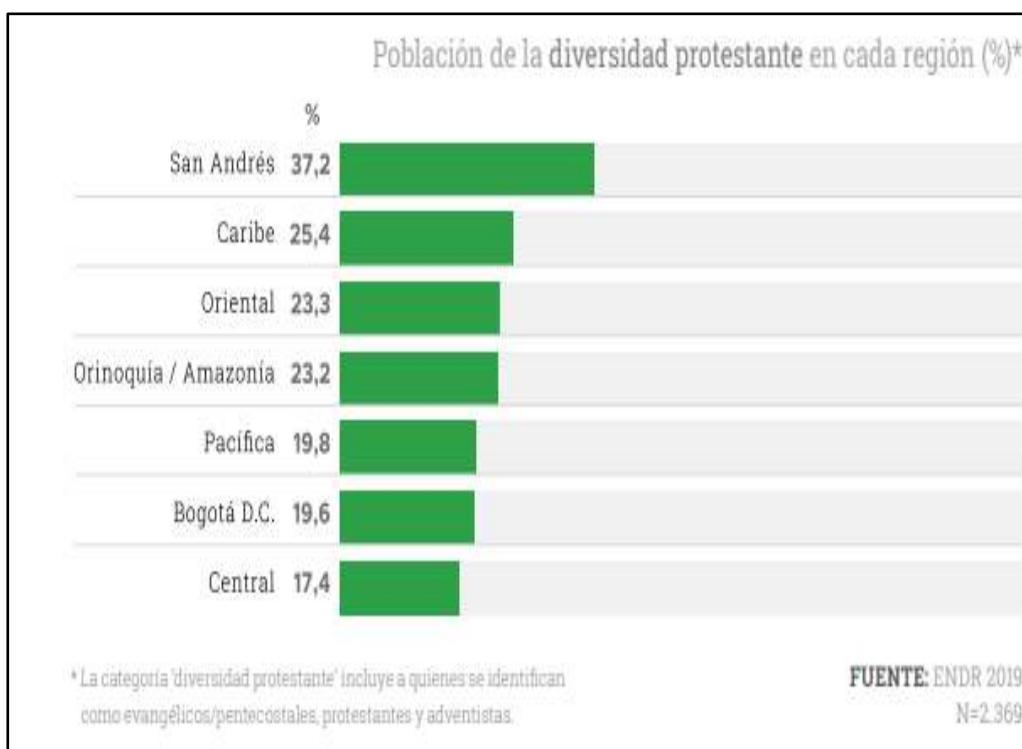
Fonte: (BELTRÁN; LAROTTA SILVA, 2020)

Gráfico 3 – Identidad religiosa según estrato socioeconómico (%)



Fonte: (BELTRÁN; LAROTTA SILVA, 2020)

Gráfico 4 – Población de la diversidad protestante en cada región (%)



Fonte: (BELTRÁN; LAROTTA SILVA, 2020)

O protagonismo do ativismo conservador está ancorado ao segmento evangélico de cunho pentecostal e neopentecostal. “Esse movimento trabalha com base no tipo weberiano de autoridade carismática: dentro dele, o religioso líder é considerado "um escolhido de Deus" por ter demonstrado carismas (dons) extraordinários diante de seus fiéis, como o poder de profetizar, curar ou expulsar demônios” (BELTRÁN; QUIROGA, 2017, p. 190 tradução nossa).

O rápido crescimento de convertidos, a dessatanização da política feita por lideranças evangélicas, a flexibilização da normatividade eleitoral, a pluralização religiosa e a crise de representação de sistemas partidários tradicionais, foram os componentes que facilitaram a entrada dos evangélicos na política. Porém, a reforma política de 2003 exigiu maior número de votos levando ao retraimento de alguns partidos confessionais (BELTRÁN; QUIROGA, 2017).

O ativismo político evangélico colombiano, conduzido por lideranças pentecostais e neopentecostais, tem pautado e concorrido em temas relacionados à transferência de direitos e privilégios para suas organizações religiosas por parte do Estado, que historicamente lhe foram conferidos à Igreja Católica; à cristianização da política em torno de valores e concepções de mundo atrelados a essa religião; à preservação da moral cristã; à exoneração tributária; e nos acordos programáticos com a direita partidária.

A ferrenha defesa da família tradicional, a rejeição do aborto e do casamento igualitário, são quesitos atrelados aos segmentos conservadores, mas não necessariamente todos são religiosos. Além disso, a rejeição às esquerdas, ao comunismo e a defesa da propriedade privada fazem parte de seus repertórios, somados à insatisfação de vários segmentos que vinculam a esquerda com grupos guerrilheiros.

A mobilização em entornos eleitorais e a criação de partidos políticos são características desse segmento. Na década de 1980 a pastora da igreja MCI criou o Partido Nacional Cristão (PNC) e décadas adiante se candidatou como Senadora, concorreu pelas presidências e foi designada como embaixadora no Brasil. Junto a outros quatro partidos cristãos, o PNC sofreu as consequências da reforma eleitoral de 2003, que exigiu maior número de votos. Na atualidade, requerem-se cerca de 550.000 sufrágios para manter-se como pessoa jurídica. O *Movimiento Independiente de Renovación Absoluta* (MIRA) criado pela IDMJI, nos anos 2000, sobreviveu à reforma, consolidando-se como um dos poucos partidos políticos que consegue sobressair na arena pública. Em 2017, foi criado o partido *Colombia Justa Libres* (CJL),

confederação de diversas igrejas e comunidades, a partir das mobilizações contra o plebiscito pela paz de 2016.

Essa confederação foi integrada inicialmente pelos pastores John Milton Rodríguez, Eduardo Cañas, Ricardo Arias Mora e Víctor Velásquez, que surgiu como uma organização hostil à paz desde a campanha do Não em 2016. *Iglesia Cuadrangular, Asambleas de Dios, Misión Paz a las Naciones, El Lugar de Su Presencia e Manantial de Vida Eterna*, todas elas grandes igrejas com vasto número de seguidores conformaram esse partido.

As lideranças evangélicas com maior trajetória política têm feito acordos programáticos com partidos tradicionais de direita, especificamente em eleições presidenciais. Tanto MIRA quanto CJL e o ativismo da MCI possuem grande capacidade de mobilização, portanto, candidatos presidenciais buscam o favor das maiores lideranças evangélicas, mesmo aquelas que não possuem partido político próprio, para criar alianças, e elas a sua vez inclinam-se pelos candidatos que, por uma parte, se identifiquem ideologicamente com suas crenças e, por outra parte, garantam o comprometimento com seus interesses de momento.

2 Ativismo evangélico conservador nas presidenciais de 2022

Mesmo que o ativismo evangélico colombiano paute há quase cinquenta anos, tem sido nas últimas décadas que ficou ainda mais evidente sua mobilização e força política em entornos eleitorais. Cabe sublinhar que não existe um voto confessional nem coesão permanente entre os partidos políticos cristãos, mas eventuais acordos em torno de quesitos morais e interesses políticos.

O ativismo evangélico, não como grupo coeso, mas com lideranças evangélicas sem coalizão inter-religiosa, até recentemente, cada uma com seus próprios interesses, porém unidas na defesa da moral cristã, da propriedade privada e da livre atuação de suas igrejas, se mobiliza com maior afinco em contornos eleitorais desde a conformação da última Constituição. Participa ativamente em instâncias Legislativas, embora não haja uma bancada evangélica consolidada no Congresso. Porém desde 2016 mediante a campanha contra os acordos de paz, o segmento evangélico teve maior visibilidade e fortalecimento no jogo político. Visibilidade que se viu afetada em 2022 por conta do retraimento da direita e as convulsões sociais dos últimos quatro anos.

Durante o período presidencial (2018-2022) houve muita agitação social em termos de mobilizações e protestos contra diversos projetos políticos que afetaram às classes menos favorecidas. As rebeliões deram-se mesmo no meio da recente pandemia, como expressão de

esgotamento a partir dos efeitos da plena instauração e sustento do neoliberalismo e o domínio político por parte das elites, do conflito armado, da insegurança tanto social quanto existencial, altos níveis de desemprego, pouco acesso à educação, dentre outros problemas de tipo estrutural que se juntaram a demandas de reconhecimento.

Nesse período, as lideranças evangélicas que previamente apoiaram a campanha presidencial de Duque, como o caso de MIRA e da CJL, e apesar de ter tido seus privilégios garantidos, expressaram seu desconforto e a necessidade de buscar acordos entre as mesmas igrejas e /ou partidos evangélicos ao invés de fazer coalizões com partidos tradicionais. Desse modo, o balanço que fez a CJL sobre sua participação no governo Duque foi negativa em termos de não alcançar o espaço, a importância que demandavam e a cooperação em políticas públicas acordadas a suas concepções de mundo (EL TIEMPO, 2021).

As grandes mobilizações gestadas em todo o território nacional somadas, por uma parte, ao debilitamento do uribismo por conta, entre muitos outros fatores, dos juízos contra o ex-presidente Álvaro Uribe Vélez por desaparecimentos forçados de jovens, e, por outra parte, as conquistas dos movimentos sociais e o trabalho gradual do representante da esquerda colombiana, Gustavo Petro, confluíram na vitória presidencial por primeira vez na história colombiana de um candidato progressista de esquerda no poder. Mas quais foram os posicionamentos políticos das maiores lideranças evangélicas perante a candidatura e posterior eleição de Petro como presidente?

A senadora e pastora da MCI Claudia Rodríguez de Castellanos é uma das mais ativas em cada eleição. Sua filha Sara Castellanos, casada com o filho do pastor brasileiro Laudjair Guerra, incursionou na política com campanhas como a proibição do aborto, conseguindo amplo número de votos nas legislativas de 2018, porém com resultados não tão favoráveis nas legislativas de 2022. A família Castellanos mobilizou-se ferrenhamente contra a candidatura de Petro, considerando-o uma ameaça comunista, um perigo contra o direito da propriedade privada, da família e da moral. A pastora Claudia, simpatizante dos governos Trump e Bolsonaro e em consequência posicionada na atual coalisão antigovernista, alude permanentemente ao risco da esquerda no poder.

Nas legislativas de 2018, Claudia Rodríguez de Castellanos foi eleita com 66.601 votos; do partido MIRA Ana Paola Agudelo García, com 71.231 apoios; Carlos Eduardo Guevara Villabón, com 66.458, e Aydeé Lizarazo Cubillos, com 57.428. CJL obteve 431.418 votos, elegendo John Milton Rodríguez, Eduardo Emilio Pacheco Cuello e Edgar Enrique Palacio Mizrahi para o Senado. Desse modo, dez pastores evangélicos integraram o Congresso com cerca de um milhão de votos em 2018 (ESPECTADOR, 2022a). Porém, nas legislativas de

2022, o resultado não foi tão favorável para o segmento evangélico, já que entre o MIRA e CJL conseguiram apenas 4 vagas no Senado.

Desse modo, o período de governo de 2018-2022 não deixou às lideranças evangélicas bem-posicionadas perante seu eleitorado, levando em conta os resultados das urnas de 2022. Além disso, foi um período de governo muito conturbado em todos os campos, situação que levou a diversas parcelas a se juntarem aos protestos de 2019, 2020 e 2021. Certo desconforto por parte de parcelas do segmento evangélico perante suas lideranças e no meio do profundo desgaste na situação do país, que demanda mudanças profundas, as organizações cristãs em seu conjunto não conseguiram identificar-se com um candidato único evangélico, mas coincidiram na negativa a Petro.

A coalizão evangélica nas presidências de 2022 foi uma novidade no sentido de que por primeira vez se gestou um acordo inter-religioso para nomear um candidato à contenda, apesar de ter passado por divergências internas para essa postulação e de não ter sido representativo para todas as igrejas, em vista que essa coalizão apenas envolveu algumas das maiores igrejas. Esse tipo de divergências dificultam a consolidação de uma possível bancada mediante essas coalizões.

Essa coalizão inter-religiosa não se deu em 2018 dessa forma, em razão que as lideranças evangélicas fizeram acordos programáticos com partidos seculares. Claudia Rodriguez da MCI fez acordo com o partido secular Cambio Radical e, por sua parte, o MIRA alinou-se com o partido do eleito Iván Duque do Centro Democrático. Nesse momento o partido cristão CJL estava recém conformado e apenas entrava no jogo político.

Nesse sentido, a estratégia de 2022 perante a eleição presidencial de 2018, além de ter levado candidato próprio, posicionou-se ferrenhamente perante a ameaça que significava para eles a chegada da esquerda no poder, através da candidatura de Gustavo Petro. Assim, embora em 2022 gestou-se essa coalizão inter-religiosa não vinculada diretamente com os partidos uribistas, claramente os une sua afinidade ideológica e sua aversão à esquerda. A conformação dessa coalizão evangélica nas recentes presidenciais surgiu também como crítica ao governo Duque (2018-2022), já que as lideranças evangélicas não sentiram que esse governo atingiu todas suas demandas.

Por sua parte, o partido MIRA, junto à igreja IDMJI, possui um dos eleitorados de base mais disciplinado. Para as presidenciais de 2022 aliou-se com o partido CJL para lançar a candidatura presidencial que seria num primeiro momento representada pela liderança de MIRA Aydeé Lizarazo, mas que posteriormente assumiu o integrante de CJL, Jhon Milton Rodriguez, também opositor da candidatura de Petro e da esquerda no poder. Não obstante, a

coalizão cristã de 2022 não foi muito bem acolhida por parcelas desse segmento em vista das diferenças doutrinárias (ESPECTADOR, 2022b).

A menção a Deus e o reconhecimento de valores cristãos por parte dos candidatos presidenciais colombianos é quase um requerimento para conseguir vencer nas eleições. No caso do presidente Petro, anteriormente julgado como ateu por seus detratores, identificou-se como católico e falou sobre a obra de Jesus com os pobres, mediante alocução pública, e após já eleito, na posse presidencial, fez aguda referência a Deus. Durante sua campanha somou-se o pastor cristão Alfredo Saade, mas fortemente criticado tanto pelos mesmos integrantes da convergência de esquerda, nomeada de Pacto Histórico, quanto por seus detratores, por considerar que ele não tinha as qualidades espirituais que requeria ter.

Entretanto a coalizão inter-religiosa pautou, junto a organizações políticas, a defesa da vida e da família como núcleo fundamental da sociedade, posicionou-se contra o aborto, a eutanásia, a união e adoção por parte de casais do mesmo sexo.

O pastor Darío Silva, da igreja Casa Sobre la Roca, enviou no passado 27 de março, via Whatsapp, a seguinte mensagem tipo advertência: “As contradições dos cristãos. Eles rezam pela vida, mas votam em candidatos pró-escolha; oram para que Deus liberte a Igreja da perseguição nos países comunistas, mas votam nos candidatos comunistas; oram pedindo a Deus a propagação do evangelho, mas votam em candidatos que querem fechar igrejas; rezam pela família, mas votam em candidatos que defendem ideologias que destroem a família; rezam por seus filhos, mas nas eleições votam em candidatos que defendem a pedofilia e a ideologia de gênero; rezam para que Deus liberte os jovens das drogas, mas votam em candidatos que são a favor de legalizá-los (...) não adianta rezar como cristão, mas votar como pagão” (ESPECTADOR, 2022b).

Não obstante, apesar da permanente oposição ao candidato de esquerda, num país onde esse lado partidário tem sido amplamente estigmatizado, e do ativo acompanhamento nas urnas por parte dos seguidores das organizações religiosas, esses fatores não foram suficientes para que o candidato evangélico alcançasse os primeiros lugares na concorrência presidencial, num resultado apertado entre a profusa direita e a esquerda colombiana. O candidato da esquerda Gustavo Petro teve como concorrentes fortes dois candidatos de direita e um de centro direita, nos comícios que tiveram 21.418.631 milhões de votantes de 39.002.239 pessoas habilitadas. Por sua parte, o candidato evangélico teve 1,30% dos votos como resultado do seguinte tabuleiro eleitoral:

Gráfico 5 – Votações nas presidenciais 2022.



Fonte: elaboração própria com base nos dados de LR², 2022.

As pautas que conseguiram que organizações religiosas, geralmente em disputa entre elas, formaram uma coalizão, através do candidato Rodríguez, dá conta da afinidade programática (ORTEGA, 2022) voltada para questões transversais na comunidade evangélica, tentando superar divergências doutrinárias, apesar da fragilidade identitária da política evangélica. As pautas mais mobilizadas pelo candidato presidencial Rodríguez na campanha de 2022 foram a ameaça do comunismo e da esquerda, a defesa da família tradicional, a proibição do aborto, a preservação da propriedade privada, o empreendedorismo e a reforma educativa que, entre outras coisas, visava permitir que algumas igrejas do país se tornassem centros de estudo. Mas, a pauta da família e da vida foram os pilares de seu discurso e de seu plano de governo, já que para o candidato esses dois princípios trazem desenvolvimento económico, segurança e justiça ao país.

Porém, seu repertório alcançou um resultado ainda limitado para as exigências presidenciais, somando-se o fato de que a após 2018 o segmento evangélico teve certa contração na contenda pública. Um fator de recuo na efetividade eleitoral cristã (AGUDELO, 2022) foi a cobrança às lideranças de MIRA e CJL pelo passado apoio à campanha presidencial de Iván Duque nesse 2018. Esse respaldo foi, finalmente, para um governo que terminou de depauperar o país e cuja percepção desfavorável se vivenciou em todas as margens políticas e sociais.

Por outra parte, logo após do início do governo Petro diversas decisões e projetos políticos já estão em andamento. Uma das medidas indicadas pelo governo é a necessidade de

² Disponível em: <https://www.larepublica.co/elecciones-presidenciales-2022/resultados-primera-vuelta>

uma reforma tributária, que seja mais afável com as classes que ganham menos e com mais tributos para quem recebe altos ingressos. Essa proposta reabriu a antiga iniciativa de exigir a arrecadação de tributos às grandes igrejas, quando suas atividades tenham comportamentos semelhantes aos de uma empresa.

Esse projeto está liderado por duas congressistas, cuja oposição por parte dos pastores atiçou os antagonismos políticos, ainda que desde a campanha do atual governo sua proposta de reforma tributária não incluía cobrar tributos às igrejas. Porém, o Partido Alianza Verde busca que esse ponto seja incluído na atual reforma que está em processo de aprovação, apesar que seja uma pauta muito difícil de conseguir. Contudo, o governo e o ministro de fazenda definirão se entra ou não esse ponto na reforma tributária.

De todas as formas, as igrejas evangélicas e suas lideranças têm ganhado capital político, o qual lhes permite confrontar decisões e projetos políticos que não lhes convém, mobilizando seus seguidores, seu capital simbólico e sua capacidade de negociação. Desse modo, no âmbito colombiano o segmento evangélico ganha influência e gradualmente vai se consolidando ainda mais. Em termos comparados regionais, as próximas eleições presidenciais no cenário político brasileiro representam uma ponte de referência para analisar o quanto se fortaleceu o ativismo evangélico conservador, já que Brasil lidera o crescimento evangélico, é claro, guardando as proporções e as matizes que acompanham os processos em cada país.

Considerações finais

O ativismo evangélico conservador que desembocou na direita cristã como parte do neoconservadorismo na América Latina avança gradativamente. Pautas morais, a ameaça do comunismo, a defesa da propriedade privada, as campanhas antigênero, mobilizações contra o aborto, entre outras, integram os repertórios discursivos de lideranças evangélicas, acionados em entornos eleitorais, tais como as presidenciais, onde as campanhas em defesa da moral cristã protagonizam uma das férreas disputas políticas.

Na Colômbia, embora o segmento evangélico tenha conseguido importância em número e poder, ao ponto de negociar com partidos políticos tradicionais de direita ou aliar-se, até recentemente, com outros partidos cristãos, de acordo a seu alinhamento ideológico e interesses políticos, ainda seu capital político está em processo de maior consolidação para conseguir concorrer de forma mais disputada nas presidenciais, como intuito que almejam as organizações religiosas. Não obstante, suas conquistas políticas lhes conferiram protagonismo nas

campanhas eleitorais e são uma força política bem identificada pelos partidos políticos tradicionais.

Enquanto isso, o segmento evangélico no Legislativo funciona como concorrente e apenas recentemente conseguiram conformar um “bloco” em aliança com algumas das maiores igrejas para as presidenciais de 2022, porém a votação foi minúscula com relação à votação que acompanhou aos principais contendores. Mas cabe frisar que o fato de ter levado candidato evangélico às presidenciais já é motivo de reconhecimento de sua força e disciplina política.

Se a recente coalizão evangélica colombiana se mantém, poder-se-ia promover uma bancada evangélica para consolidar ainda mais seu protagonismo no campo governamental, sem necessidade de alianças com partidos que não necessariamente acatam ou acompanham seus projetos legislativos. Esse possível cenário marcaria outro ritmo no fortalecimento do ativismo evangélico conservador colombiano.

Referências

AGUDELO, M. C. D. / Ó. F. **El voto cristiano se estanca, aunque se aferra al milagro de la multiplicación del 2 % | Cambio Colombia**. Disponível em:

<https://cambiocolombia.com/articulo/poder/el-voto-cristiano-se-estanca-aunque-se-aferra-al-milagro-de-la-multiplicacion-del-3>. Acesso em: 27 ago. 2022.

BELTRÁN, W. M. B. Pluralización religiosa y cambio social en Colombia. **theologica xaveriana**, v. 63, n. 175, p. 29, 2013.

BELTRÁN, W. M.; LAROTTA SILVA, S. **Diversidad religiosa, valores y participación política en Colombia: Resultados de la encuesta nacional sobre diversidad religiosa 2019**. [s.l.] Universidad Nacional de Colombia. Facultad de Ciencias Humanas. Departamento de Sociología. Sede Bogotá, 2020.

BELTRÁN, W. M.; QUIROGA, J. D. Pentecostalismo y política electoral en Colombia (1991-2014). **Colombia Internacional**, n. 91, p. 187–212, 2017.

EL TIEMPO. **Cristianos en las elecciones 2022: ¿quiénes aspirarán a la Presidencia? - Partidos Políticos - Política**. Disponível em: <https://www.printfriendly.com/p/g/uTe6Nq>. Acesso em: 27 ago. 2022.

ESPECTADOR, E. **ELESPECTADOR.COM**. Texto Disponível em: <https://www.elespectador.com/politica/elecciones-colombia-2022/iglesias-cristianas-en-lo-electoral-la-fe-que-mueve-votos/>. Acesso em: 26 ago. 2022a.

ESPECTADOR, E. **ELESPECTADOR.COM**. Texto Disponível em: <https://www.elespectador.com/politica/elecciones-colombia-2022/voto-cristiano-un-pecado-mortal/>. Acesso em: 27 ago. 2022b.

GÓMEZ, B. A. O.; LUÑÓN, G.; CARTER, C. L. Directora Nacional Misión de Observación Electoral -MOE-. p. 108, 2019.

GONZÁLEZ, F. La Iglesia como actor de la gobernanza en Colombia. 2008.

MEDINA, E. POR M. **Las iglesias cristianas y la política en Colombia. Razón Pública**, 11 dez. 2017. Disponível em: <https://razonpublica.com/las-iglesias-cristianas-y-la-politica-en-colombia/>. Acesso em: 11 out. 2022.

ORTEGA, B. **Corrupción Política - Usos y abusos de la religión en estas elecciones. Razón Pública**, 13 fev. 2022. Disponível em: <https://razonpublica.com/usos-abusos-la-religion-estas-elecciones/>. Acesso em: 27 ago. 2022